

COMO TRABALHAR AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E DIVERSIDADE NAS ESCOLAS NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO?

Nathalia de Oliveira ¹

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. (Paulo Freire)

Desde que iniciei minha carreira na docência gosto de trabalhar com projetos. Algumas temáticas sempre estiveram presentes nas minhas aulas, como gênero e raça. Desde a graduação estes temas fazem parte do meu interesse de pesquisa, e desenvolvo projeto nas escolas em que estou. Projetos estes que muitas vezes estão previstos em documentos, mas na prática não saem do papel. Dia Internacional da Mulher e Consciência Negra são os projetos que desenvolvi em todos os anos que lecionei, independentemente de estar previsto ou não na organização da escola. Muitas vezes esta experiência foi uma experiência solitária, apenas minhas turmas e eu. Depois de um tempo na educação passei a questionar a não garantia da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, por exemplo.

Em muitos momentos tive que usar das Leis para argumentar com alguns professores e gestores. Mas, mesmo as temáticas não sendo trabalhada em conjunto eu as desenvolvia em sala de aula. O projeto que desenvolvia sempre nos meses de março, ganhou título de **Dia da Mulher – Por quê?** Diante de tantos questionamentos por parte da comunidade escolar (estudantes e docentes), desenvolvia ao longo do mês motivos para trabalharmos a temática e ainda termos um dia para refletir e lutar.

Em 2018 ingressei em uma nova escola, lá encontrei algumas parcerias (ainda que pequena) para desenvolver alguns projetos. Em 2019, mudei a estratégia. Criando um projeto maior que seria desenvolvido ao longo de todo ano. Percebi que em todas as aulas poderia trabalhar com temáticas relacionadas ao Direitos Humanos e Equidade. Que de algum modo eu já fazia em sala de aula, mas que poderia ser ampliado. Daí surgiu o projeto: **Educação e Direitos Humanos - Construindo Caminhos para a Equidade**. Os meus projetos anteriores foram absorvidos para este projeto maior, e que aos poucos foi criando corpo e saindo do papel. A discussão de gênero e raça não poderiam aparecer apenas em datas específicas. Precisávamos

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do ABC. Supervisora PIBIB e Professora na E.E Mário Franciscon/UFABC. filosofia.nathalia@gmail.com

debater ao longo de todo ano. Em 2019 e 2020 trabalhei ainda de maneira bastante isolada, com alguns poucos professores discutindo as temáticas em aulas, a maioria das vezes próximas as datas “comemorativas”.

A justificativa do problema de pesquisa está pautada no no contexto escolar e político que vivemos, e inspira-se nos questionamentos levantados pelo grupo discente. Temos como objetivo principal a compreensão, desnaturalização e possível desconstrução dos discursos utilizados pelos dispositivos de poder e pelos saberes inscritos em representações estereotipadas e clichês, que visam fabricar, ditar, sancionar, vigiar e controlar determinados padrões de normalidade. Deste modo, a discussão incide sobre a emergência e circulação de discursos capazes de identificar, rechaçar, condenar, separar, diferenciar e tratar de modo desigual determinadas representações consideradas desviantes e anormais.

Em diversos trabalhos apresentados no “dia da Mulher” podemos notar como nossos corpos são expostos e como somos culpabilizadas pela violência que sofremos diariamente, com as frases: “Não é Não”, “Meu Corpo não é Público”, “Não é permitido abusar”, entre outras.

Diferente dos anos anteriores que estes eventos eram entendidos com o fechamento da temática, aqui foi como uma abertura, e ao longo do ano continuamos debatendo as questões de Gênero, violência, Direitos Humanos e Equidade.

Diariamente as reflexões eram feitas a partir do próprio currículo. Quantas mulheres aparecem? Quantas pessoas negras? Indígenas? E Latino-Americanas? LGBTQIA+? Pessoa com necessidades especiais?

O Currículo de Filosofia, é um currículo baseado no colonizador, um currículo masculino e eurocentrado. Destas reflexões ampliávamos as temáticas das aulas previstas no currículo, muitas vezes trazendo diferentes pensadoras e pensadores para aula. Ex. Ao invés de ficarmos debatendo a noção de ética a partir dos alemães, levava Enrique Dussel (filósofo argentino), Achille Mbembe (Filósofo Camaronês), Angela Davis (Filósofa Estadunidense), e Djamila Ribeiro (Filósofa Brasileira).

Falar em filósofas é “destruir” toda uma tradição filosófica machista e misógina, a qual silenciou e ocultou não só a presença das mulheres pensadoras, como a contribuição delas para a história da filosofia. Ao se falar filósofas estaremos rompendo com anos de submissão e subordinação, estaremos fazendo justiça com aquelas mulheres que fizeram diferença e com as que atualmente também fazem a diferença. Falar filósofas é falar em “revolução” no sentido de transformação, de se mostrar indignada e revoltada com o poder estabelecido, poder este que acaba tornando a filosofia como um privilégio dos homens, onde a palavra filósofos é restrita, exclusiva e universalmente “masculinizada”, afirma Juliana. (PACHECO, 2016, p.9)

Até então este(s) projeto(s) era desenvolvido por mim, nas aulas de Filosofia e História, porém em 2020 as escolas estaduais de São Paulo, ganharam novas disciplinas: Eletivas e Projeto de Vidas. Sendo assim, em 2020 ministrava estas disciplinas também, e este projeto passou a fazer parte destas aulas. E eu passei a utilizar destes espaços também para estas reflexões, denúncias e ruptura desta tradição machista, branca e elitista.

Em 2020 tomados pela pandemia de Covid – 19, foi preciso repensar muitas coisas, sobretudo as práticas. E neste momento que perdemos tantas pessoas e direitos, só reforçou a necessidade de trabalharmos os Direitos Humanos em “sala de aula” (virtuais).

Neste ano pandêmico uma prática que tornou-se fundamental, foram o uso dos diários nas aulas. Em 2019 eu já havia utilizado deste recurso, mas em 2020 o Diário tornou-se centro das aulas. Os exercícios de reflexão e implicações de sujeito aconteciam exclusivamente nele.

No início da pandemia de COVID – 19 atravessada pelo livro **“A arte de ler ou como resistir à adversidade”** de Michelle Petit, comecei a construção das aulas que ocorreriam de maneira remota. A sala de aula foi transportada para a sala da minha casa. E eu não sabia quanto tempo iria durar. A antropóloga Michèlle Petit narra experiências que a leitura contribui com a reconstrução de situações de guerra e violência, contextos de deslocamentos populacionais e recessões econômicas, e por que não de uma pandemia? Inspirada por estas práticas além dos textos (verbais e não verbais) sabia que a escrita no diário seria o local possível para a interlocução.

Lembro que em meados de 2020, preparando aulas (online) de Projeto de Vida com uma colega professora, falei sobre a necessidade de colocar a Educação para as relações étnico-raciais (ERER) nos planos de aula. Ela dizia não ver sentido, visto que não era uma disciplina da BNCC. Expliquei a ela, que uma estudante precisa saber quem é, se reconhecer como negra ou indígena, mulher, pobre, periférica para saber os desafios, e limitações que terá no alcance de seu Projeto de Vida, por fim mencionei as Leis. (As Leis nos. 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar).

Muitas vezes discutir algumas temáticas nos colocam nos lugares da pessoa chata, que só sabe militar. Mas, em muitos outros encontramos pessoas aliadas, e preocupadas com as mesmas questões.

Em outubro de 2020, fui selecionada como Supervisora PIBID pela Universidade Federal do ABC, e ao encontrar com o grupo de bolsistas percebi anseios em comum. Dali criamos uma linda parceria, e conseguimos desenvolver diversas atividades e materiais. Ex. **Grupo de Estudos Luiza Mahin e Luiz Gama**, grupo online para estudantes da Escola

Metalúrgico (qual lecionava em 2019, 2020 e 2021) e para outras pessoas que tivessem interesse. É importante ressaltar aqui que estávamos em meio a Pandemia de COVID – 19 e todos os encontros aconteceram de modo remoto.

Com os bolsistas PIBID consegui desenvolver três materiais didáticos ao longo de 2021: **Dia da Mulher – por quê?; Guia Docente – Dia d – Visibilidade Trans e Guia Docente – Educação Antirracista** (esta cartilha só foi lançada em 2022, devido ao não pagamento das bolsas em outubro e novembro de 2021 por parte do Governo Federal, o que dificultou o andamento das atividades). Estes materiais têm por objetivo apoiar a comunidade docente, que muitas vezes não sabe como desenvolver algumas temáticas em sala de aula, muitas vezes preocupados com a repercussão. No material sobre Visibilidade Trans, trazemos inclusive respaldo pela BNCC para que ninguém se sinta intimidado, sobretudo no momento político que vivemos/vivíamos. Em 2021, quatro estudantes foram aprovadas no PIBIC – EM – UFABC, as temáticas das pesquisas trataram de bioética, moral e a discussão de Gênero e Raça. Estas conquistas são da comunidade estudantil e ninguém poderá tirar isto delas.

Ao organizar o material para esta inscrição percebo tudo que foi feito ao longo destes anos, e sei que é preciso fazer muito mais ainda. Muitas pessoas são assassinadas diariamente simplesmente por ser quem são. Precisamos mudar este cenário. Que este projeto chegue em outros espaços e que outros projetos cheguem até nossas mãos para que coletivamente possamos construir uma sociedade mais justa e equitativa, e defensora dos Direitos Humanos.

Em 2022, duas destas estudantes entraram em Universidades Públicas.

Hoje estou novamente como Supervisora PIBID, e diariamente me deparo com corpos dissidentes em sofrimento, devido aos discursos que trazem à tona estereótipos, clichês e preconceitos acerca de representações de gênero, raça e classe que visam fabricar, ditar, sancionar, vigiar e controlar determinados padrões de normalidade. E continuo me provocando, provocando meus colegas e as/os bolsistas que supervisiono: Como trabalhar as temáticas de gênero e diversidade nas escolas no atual contexto social e político?

Palavras-chave: Gênero; Diversidade, Educação, PIBID, Filosofia.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, abr., n. 13, p. 69-82, 2013.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **LEI nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

_____. **Lei 11645**, de 10 de março de 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LOURO, Guacira L. **Corpo, Escola e Identidade. Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 25, n. 2. Jul/Dez. 2000. Acesso em 24 de Outubro de 2020, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/view/2425>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Trad. Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PACHECO, J. (Org.). **Filósofas: a presença das mulheres na Filosofia.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade.** São Paulo: Editora 34, 2009.